

Influenciados pela “novidade” e pelo digital, jovens votam mais à direita

Quem são os jovens que vão às urnas a 10 de Março? Especialistas retratam-nos como eleitores com dificuldade em identificar-se com ideologias e partidos

Mariana Marques Tiago

A pouco mais de duas semanas das eleições legislativas, a última sondagem divulgada pela Universidade Católica para o PÚBLICO, RTP e Antena 1 indica que 50% dos jovens inquiridos tencionam votar à direita. Comparando com o anterior estudo da Católica, PS e Livre foram os partidos que mais cresceram nas intenções de voto na faixa etária dos 18 aos 34 anos, sem ultrapassar a Aliança Democrática (AD), Chega e IL, que ocupam o pódio neste segmento do eleitorado.

Especialistas ouvidos pelo PÚBLICO traçam o retrato dos eleitores mais novos: são atraídos pelo que representa “novidade” e influenciados pelo que consomem na Internet. E tendem a identificar-se menos com um partido em concreto.

A última sondagem do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (Cesop) da Universidade Católica mostra que os inquiridos entre os 18 e os 34 anos preferem votar em forças políticas de direita. A soma das intenções de voto desta faixa etária na AD, IL e Chega é de 50%: 20% admitem votar na aliança que junta PSD, CDS-PP e PPM, 16% no Chega e 14% na IL. Os restantes 50% dividem-se entre a intenção de votar à esquerda e no PAN (cerca de 24%) e aqueles que estão indecisos, não querem votar e/ou não quiseram responder (27%).

A faixa etária em questão não é constituída apenas por jovens, mas também por “jovens adultos”, alerta o director técnico da empresa de sondagens Aximage, José Almeida Ribeiro. Além dos estudos do Cesop e da Aximage, também nas sondagens da Intercampus (que também usa como referência a faixa etária dos 18 aos 34 anos) divulgadas desde que o Presidente da República convocou eleições antecipadas, os jovens inquiridos surgem mais inclinados para votar à direita. O mesmo se verifica

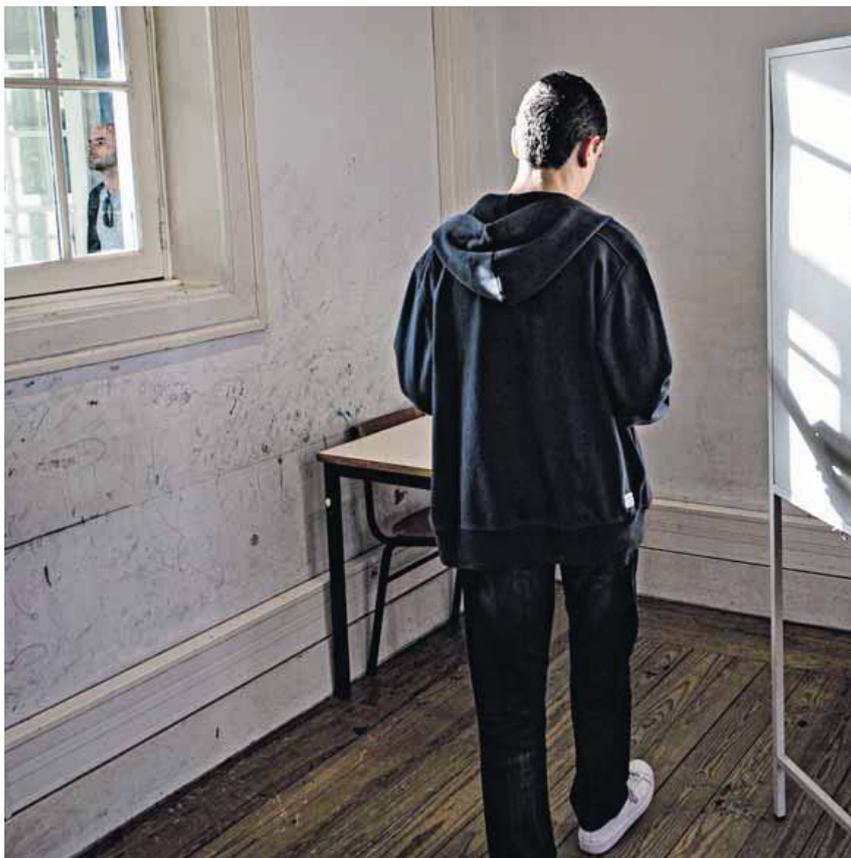
também pela Internet. “Esta geração é tipicamente digital, é a geração da Internet. O acesso à informação é instantâneo e todos sabem onde a ir buscar. E agora as formas de comunicação política alteraram-se”, refere, aludindo à relevância que redes sociais como TikTok, Instagram e X ganharam.

Há ainda um terceiro factor que não é exclusivo dos jovens actuais, acrescenta Almeida Ribeiro: o “contexto político-social e histórico em que a geração surge”. Exemplo disso é a geração que, quando entrou no mercado de trabalho, “apanhou a crise financeira de 2008 e se distanciou dos partidos tradicionais”.

Dados podem não ser significativos

Comparando esta última sondagem do Cesop com o estudo da Católica divulgado em Novembro, PS e Livre foram os partidos que mais cresceram nas intenções de votos (4 pontos percentuais cada um, chegando aos 10% e 5%, respectivamente). O PAN foi a única força política a perder apoio nos jovens: de 4% para 2%.

No entanto, de uma sondagem para a outra mantiveram-se inalterados os três partidos com mais intenções de voto jovem: PSD (AD no estudo de Fevereiro) em primeiro lugar, seguindo-se Chega e IL. “Também nas sondagens da Aximage se encontra uma intenção de voto jovem tendencialmente à direita”, diz José Almeida Ribeiro. Além dos estudos do Cesop e da Aximage, também nas sondagens da Intercampus (que também usa como referência a faixa etária dos 18 aos 34 anos) divulgadas desde que o Presidente da República convocou eleições antecipadas, os jovens inquiridos surgem mais inclinados para votar à direita. O mesmo se verifica



Última sondagem da Universidade Católica mostra que AD, Chega e IL lideram nas intenções de voto eleitoral

na última sondagem do ICS/Iscte para o *Expresso* e a SIC, com os jovens a penderem mais para a IL e, logo a seguir, o Chega.

Ainda assim, fonte de uma outra empresa de sondagens diz ao PÚBLICO que não há dados suficientes que permitam concluir estarmos perante uma tendência. Isto por causa da dimensão da amostra, sublinha. Se numa sondagem foram inquiridas, a título de exemplo, 600 pessoas, a

percentagem de jovens existentes nessa amostra é demasiado baixa, pelo que não permite retirar conclusões definitivas.

O politólogo João Cancela concorda e alerta que, apesar de “termos alguns sinais do conjunto de sondagens que têm sido divulgadas”, “só vamos saber como vão votar os jovens depois das eleições”. Até porque “as intenções de voto divulgadas até agora” podem não ter “uma taxa de conversão plena em votos obtidos”, alerta o docente de Ciência Política da Universidade Nova de Lisboa.

Chega quadruplica, PS perde mais do dobro

Em 2022, a três dias das eleições legislativas de 30 de Janeiro, o Cesop divulgou uma sondagem em que os partidos de esquerda e o PAN somavam 35% das intenções de voto dos mais novos (na sondagem de Fevereiro de 2024 este valor é de 24%).

Na época, era o PS o partido que mais “conquistava” votos na faixa etária 18-34 anos. Face à sondagem do Cesop de Fevereiro deste ano, os socialistas, agora liderados por Pedro Nuno Santos, perderam mais do

dobro das intenções de voto jovem (de 23% para 10%).

Depois do PS, era no PSD (que em 2022 não foi a votos coligado) que os jovens inquiridos mais tencionavam votar: 21%. Nesse ano, sem PSD e CDS coligados, a intenção de voto jovem nestas forças políticas totalizava 23%, mais 3 pontos do que a AD regista actualmente.

Já o partido liderado por André Ventura, da sondagem de Janeiro de 2022 para a de Fevereiro deste ano, quadruplicou as intenções de voto dos jovens (de 4% para 16%). Os liberais subiram 5 pontos (de 9% para 14%) e BE, PAN e Livre cresceram 1 ponto cada um. Tal como PS e PSD e CDS, a CDU também perdeu apoio jovem: de 2% das intenções de voto para menos de 1%.

O Chega foi, assim, o partido que mais cresceu. O partido “atrai os jovens porque são a novidade, seja no estilo, linguagem, propostas e forma de interacção com as pessoas. Fazem-se notar”, aponta Almeida Ribeiro. O director técnico da Aximage diz que este é um “padrão directamente associado à idade e que depois, ao longo da vida, estabiliza”. São “votos de uma geração que não está fidelizada

“É provável que os jovens queiram ir votar mais agora porque os partidos novos atraem também novos votantes. Há mais oferta

José Almeida Ribeiro
Director técnico da Aximage



PAULO PIMENTA

Jo jovem

Volt saiu à rua e distribuiu empatia pelo Martim Moniz

Não é todos os dias que, com eleições à porta, se vê um não-eleitor distribuir flyers a outros não-eleitores. Nem é todos os dias que se repara que parte dos flyers estão escritos em bengali e hindi. Menos frequente ainda — inédito, talvez — é que seja um partido político a fazê-lo durante uma acção de pré-campanha para legislativas. O Volt, partido pan-europeu que tenta a sua entrada no Parlamento, fez uma arruada no Martim Moniz para tentar mostrar que os imigrantes são bondosos, gentis e se interessam pelo bem-estar de Portugal.

O roxo das bandeiras do partido entrou na rua estreita do Benfornoso — aquela em que a direita radical e a extrema-direita dizem não se dever entrar por ser muito “perigosa” —, fazendo lembrar as procissões pascais. O designio que os levou à rua não está sequer longe do da Igreja: ajudar ao próximo, servi-lo e promover a união entre os povos.

A rua não era uma mina de eleitores — pelo contrário —, mas ainda assim o Volt quis lá ir. O objectivo era claro: demonstrar à comunidade de imigrantes que, face às vozes extremistas que os querem expulsar do país, existem outras que os querem receber.

Talvez nenhum voto se tenha conquistado na arruada pelo Martim Moniz — mas muitas pessoas tiveram um dia melhor por conhecerem quem luta por si. Uma espécie de política humanitária despida de proveito eleitoral.

Krissna — de casaco encarnado e barba feita no dia — estava radiante com a acção do partido. O grupo estava a regressar à Praça do Martim Moniz quando, de repente, o nepalês saltou para a sua frente e, com um sorriso rasgado, disse: “Obrigado.”

Nessa praça, montou-se depois um pequeno palco, onde ex-candidatos presidenciais de outras forças políticas — Ana Gomes, do PS; Tiago Mayan, da IL — discursaram a favor dos imigrantes, que os ouviam atentos na plateia. **Henrique Pinto de Mesquita**

Como aconteceu em 2015

Afinal, se houver maioria de esquerda na AR, PS derruba governo AD

Maria Lopes

Primeiro, alegando “humildade democrática” e sem falar de qualquer outro cenário que passasse por uma maioria parlamentar de esquerda, Pedro Nuno Santos garantiu, no debate com Luís Montenegro, que “o PS não apresentará moção de rejeição nem viabilizará nenhuma moção de rejeição se houver uma vitória da AD”. Nos dois dias seguintes, teve de vir explicar que queria dizer que só faria isso se não conseguisse uma maioria de esquerda no Parlamento para governar, e acrescentou que, se Montenegro não assumir que fará o mesmo caso o PS ganhe, então o socialista sente-se “desobrigado” de apoiar um executivo liderado pelo PSD.

Agora, a coordenadora do programa eleitoral socialista e secretária nacional, Alexandra Leitão, clarifica os cenários: “Se o PS tiver capacidade eleitoral, isto é, mandatos no Parlamento para ter uma alternativa ao governo do PSD mesmo que a AD ganhe as eleições, é essa que o PS vai tentar que vingue”, diz ao PÚBLICO. Ou seja, o PS repetirá o processo de 2015 que levou à criação da “geringonça”, incluindo derrubar um executivo PSD/CDS/PPM na apresentação de um programa do Governo no Parlamento. “Implica, naturalmente, apresentar ou votar favoravelmente uma moção de rejeição”, admite a deputada.

As sucessivas clarificações de Pedro Nuno sobre o que afirmara no debate deixaram no PS algum gosto amargo. Até porque a posição nos Açores é a oposta e não é fácil explicar ao eleitorado que a única diferença é que na região autónoma é preciso votar activamente o programa do governo.

Há quem lhe seja próximo e aponte o erro de não ter sido suficientemente explícito no frente-a-frente com Montenegro sobre todos os cenários e o que eles implicavam, embora Alexandra Leitão venha em sua defesa alegando que “também não lhe foi perguntado mais nada”. A receita, dizem ao PÚBLICO, é acentuar que a AD não revela o que pretende fazer porque está tão dependente do Chega que tem medo de se comprometer.

A deputada recusa que o episódio prejudique o discurso de campanha do PS. “Pelo contrário: demonstra claramente que agora o PSD está numa situação difícil, a tentar chutar o assunto para canto durante duas semanas. (...) Se não ganhar, faz o quê? Não venham com a história de que não trabalha nesse cenário.”

O socialista Ascenso Simões diz que “não há qualquer confusão” nos cenários e exemplifica com números: “Imaginemos que o Chega tem 29 deputados. Ora, se Montenegro já disse que não conta com o Chega para nada, então só temos que contar com 201 deputados. Se a AD e a IL somarem 101 deputados, Montenegro governa; se a esquerda somar 101 deputados, Pedro Nuno governa.”

O ex-deputado, que ajudou a juntar Francisco Assis a Pedro Nuno, admite, porém, que se PSD e IL precisarem mesmo do partido de André Ventura para conseguirem mais deputados que a esquerda, no dia 11 de Março “o PSD talvez recue e introduza o Chega na equação”. É aqui que o PS “pede reciprocidade” ao PSD, diz Ascenso Simões: que Montenegro mantenha a sua palavra, não recorra ao Chega, e viabilize um executivo do PS.

Alexandra Leitão tem algumas dúvidas sobre este cenário e questiona qual será a vontade, não de Montenegro mas do partido. Porque o PSD pode ter uma vontade diferente da do seu líder e aceitar o apoio do Chega para chegar ao Governo, acrescenta. “Montenegro continua a fugir ao que é essencial: se precisar do Chega, faz ou não uma aliança?”, questiona Ascenso Simões, que logo afirma:



Pedro Nuno Santos deu explicações sucessivas acerca da posição do PS sobre governo minoritário da AD

“Acredito que o PSD vai meter o Chega na carruagem, não tenho ilusões. Por isso é que não diz nada.”

Entre os socialistas, considera-se que há uma grande pressão dentro do PSD e aposta-se mesmo numa implosão do partido se, perante um cenário de só haver maioria à direita com o Chega, Montenegro mantiver a recusa de uma aliança e com isso abdicar de chegar ao poder. Para salvar a face do “não é não”, o líder do PSD teria de argumentar que o país quis uma alternativa à direita.

Numa questão, os socialistas ouvidos pelo PÚBLICO estão de acordo: todos os partidos devem clarificar, antes das eleições, as opções e soluções para que estão disponíveis no pós-10 de Março. “Em matéria de política de alianças, temos alguma confusão, que era evitável”, defende o antigo ministro da Saúde Adalberto Campos Fernandes.

a nenhuma ideologia, tem hábitos de consumo diferentes e é mobilizada por temas para os quais os partidos tradicionais” não olhavam, como era o caso da saúde mental, exemplifica.

A opinião é partilhada por João Cancela, para quem “os jovens tendem a identificar-se menos com um qualquer partido”, o que os torna “um segmento do mercado eleitoral mais disponível” para votar em forças políticas com mensagens mais apelativas para este eleitorado.

As sondagens até aqui divulgadas e os dados de 2022 levam a que o professor de Ciência Política não considere uma “surpresa que nesta fase o Chega consiga mais votos entre os jovens”. E detalha: “A ideia de que os jovens, como um todo, têm maior propensão para o Chega tem *núances*: em 2022 foram sobretudo os homens jovens sem instrução superior quem revelou ter votado no Chega.”

Mais jovens a votar e mais indecisão

Olhando para as sondagens de Fevereiro de 2024 e Janeiro de 2022 do Cesop, a percentagem de jovens inquiridos que não tenciona votar no

dia 10 de Março diminuiu (de 6% para 2%). Ao mesmo tempo, a percentagem de jovens indecisos cresceu 6 pontos percentuais.

“É provável que os jovens queiram ir votar mais agora porque os partidos novos atraem também novos votantes. Há mais oferta”, afirma José Almeida Ribeiro. E acrescenta que haver “formas de voto facilitadas”, como o voto antecipado em mobilidade, também é benéfico. Contudo, “mesmo que todos os jovens votassem, não iriam reduzir grandemente a abstenção”, diz, já que Portugal tem uma população envelhecida e “os jovens representam apenas cerca de 10% do número total de recenseados”.

Mas, “apesar de o universo [de jovens] ser pequeno, os partidos esforçam-se por ‘captar’ estes votos”. Por dois motivos, aponta Almeida Ribeiro: o primeiro é que “quanto mais cedo começam a votar, menos abstencionistas serão no futuro”. O segundo prende-se com “o impacto transmitido”: “Se [um partido] capta jovens, então é porque tem uma característica diferente, é porque tem as propostas correctas para o futuro.”

Retrato de um sector

“A imigração também precisa de um pacto.” Especialistas desafiam partidos

Patrícia Carvalho

Especialistas não acreditam que Portugal esteja de “portas escancaradas” à imigração e defendem agilidade na regularização

Quando Clarissa Peixoto chegou a Portugal com a família, em 2019, vinha preparada. Amigos que já se tinham mudado do Brasil para Braga antes dela forneceram-lhe informações e apontaram-lhe caminhos para conseguir uma casa e escola para os dois filhos. Chegou com poupanças e uma casa arrendada a preços decentes, só faltava mesmo o trabalho, que surgiu rapidamente – faz limpezas e o marido é camionista, depois de três anos como cozinheiro num restaurante. “Vínhamos preparados, não senti qualquer dificuldade. As coisas complicaram-se depois, com a pandemia”, conta esta brasileira de 39 anos.

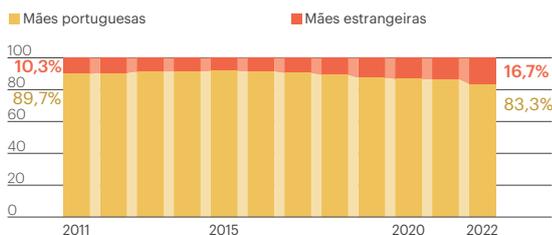
As complicações foram – e continuam a ser – ao nível do processo de regularização. A demora na obtenção dos documentos necessários ainda agora acabou de prejudicar o filho mais velho de Clarissa Peixoto, de 14 anos, que ficou impedido de participar num programa do Erasmus+, em Espanha, para o qual se qualificara, porque a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) ainda não enviou os cartões que atestam que a renovação da autorização de residência foi aprovada, depois de o processo ter sido tratado presencialmente em Dezembro. “Como imigrante, o que vejo como maior dificuldade é a burocracia, a demora”, conta.

O problema tem sido dos mais repetidos, ao longo dos anos, sempre que se discute imigração em Portugal, e não é por isso de estranhar que a ideia de tornar mais eficiente o processo de regularização daqueles que querem vir viver para o país esteja presente em alguns dos programas das forças políticas que participam nas legislativas marcadas para 10 de Março, como os do PS e do PCP. Embora, como salienta o especialista em geografia humana Jorge Malheiros, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, este não conste dos temas consensuais a todos os partidos. Esses ficam reduzidos a dois: o combate à imigração

Imigrantes em Portugal – alguns indicadores

Nados-vivos de mães residentes em Portugal

Em percentagem



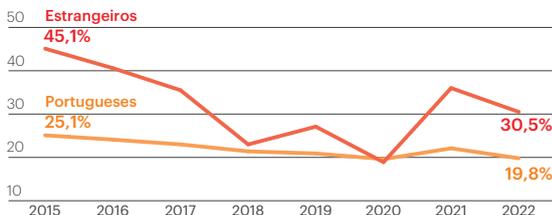
Actividades económicas com maior representação entre a população estrangeira em 2021

Em percentagem

Actividades administrativas e dos serviços de apoio	22,2% (51.414)
Alojamento, restauração e similares	15,8% (36.447)
Construção	11,2% (25.852)
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	10,7% (24.709)
Indústrias transformadoras	10,4% (24.145)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7,8% (17.997)

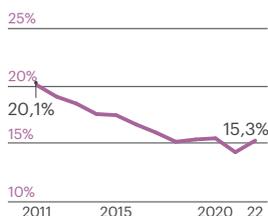
População em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal

Em percentagem

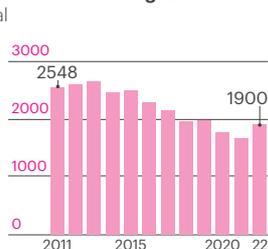


Reclusos estrangeiros

% no total de reclusos em Portugal



Reclusos estrangeiros



Fonte: Observatório das Migrações



“Como imigrante, o que vejo como maior dificuldade é a burocracia, a demora”

irregular e a importância do ensino da língua portuguesa como forma de integração. “São dois aspectos positivos e tratados por todos. A partir daqui, começa a haver muitas diferenças e acho que, entre outras coisas, faltam propostas para ampliar alguns direitos, quer substantivos, quer formais”, diz.

Voltando à burocracia e à necessidade de tornar mais rápidos e eficientes os processos de regularização, o sociólogo Rui Pena Pires, investigador do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, aponta esse aspecto como um dos dois que considera essenciais, em qualquer política futura dedicada às migrações. “Precisamos, por um lado, de reforçar a regulação do mercado de trabalho e a vigilância dessa regulação, dando muitos mais meios à ACT [Autoridade para as Condições do Trabalho] e outra capacidade de intervenção, para que a imigração irregular diminua substancialmente”, defende.

Pedro Góis, especialista em Sociologia das Migrações, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, tem uma opinião similar. Também ele defende que é essencial “transformar a rede consular para se adaptar à realidade da imigração” e insiste na necessidade de a AIMA se tornar mais eficiente. “Primeiro, temos de regularizar os que cá estão, colocando recursos no sistema, tor-

nando os processos de regularização mais rápidos. Precisamos de saber quantos são e quem são”, diz.

“Boom” de chegadas

No relatório anual sobre a situação dos migrantes, relativo a 2023, o Observatório das Migrações apontava para a existência de quase 800 mil imigrantes a residir em Portugal. O número já terá subido e continua em crescendo, o que, argumenta Pedro Góis, está a dificultar a capacidade de resposta da AIMA, que qualifica como “uma boa ideia num mau momento”. “Está a chegar mais gente em velocidade de cruzeiro, o nascimento da AIMA apanhou o maior boom de sempre da imigração”, refere.

Esta chegada de imigrantes, que a generalidade dos partidos classifica como positiva, não só porque o país precisa desesperadamente de mão-de-obra que não tem, como pela boa influência na natalidade (no ano passado quase 17% dos novos bebés do país nasceram de mães estrangeiras) e nas sustentabilidade da Segurança Social (contribuíram sete vezes mais para ela do que o valor que receberam em prestações sociais), leva algumas forças políticas a incluir nos seus programas medidas que apontam directamente para um maior controlo e restrição na atribuição de vistos.

A Aliança Democrática (AD), que inclui o PSD, o CDS-PP e o PPM) diz



nora”, diz Clárisa Peixoto

mesmo que é preciso “adoptar o princípio de que somos ‘um país de portas abertas à imigração, mas não de portas escancaradas’”, defendendo a necessidade de se criarem “objectivos quantitativos para a imigração”.

Rui Pena Pires encontra problemas nos pressupostos desta medida. É muito difícil migrar legalmente, os serviços consulares dão um número de vistos que é completamente desproporcionado para baixo em relação à procura. Se vamos tentar controlar a imigração dando ainda menos vistos, o que vamos ter é mais imigração irregular”, defende.

Por isso, insiste, “o problema não está na entrada”, mas sim no controlo que se faz posteriormente das condições em que os migrantes cá permanecem. E, de novo, voltamos à questão do mercado de trabalho.

Pedro Góis também defende que “a ideia de maior controlo não faz muito sentido”, mas defende que é preciso uma “maior definição de políticas futuras” e, sobretudo, “uma melhor interacção com o mercado de trabalho, para que se perceba se quem está a chegar está a responder às necessidades que existem”, refere.

Porque, tanto o especialista de Coimbra como o do Iscte são unânimes numa apreciação – a esmagadora maioria de quem imigra para Portugal vem para trabalhar e respondendo aos sinais que o mercado

emite. “O mercado de trabalho tem sido o grande regulador da imigração. Quando a taxa de desemprego sobe em Portugal, a imigração baixa”, especifica Rui Pena Pires.

A Jorge Malheiros não repugna a ideia de que se possa discutir a introdução de quotas de imigração para alguns vistos, mas nunca como medida isolada, diz. “Creio que as medidas que existem funcionam, desde que haja mecanismos de controlo.” Para Pedro Góis, é necessário “criar condições para a integração a longo prazo, ao nível da escola, da habitação, da formação, do reagrupamento familiar. Não nos serve de nada receber muitos imigrantes se se forem embora em pouco tempo.” Para o sociólogo, era mesmo essencial que houvesse um consenso alargado sobre esta temática. “Fala-se muito de um pacto para a justiça ou a saúde, mas, noutros moldes, a imigração também precisa de um pacto. É um tema que tem sido consensual ao centro, mas é preciso mais do que isso”, diz.

Maior risco de pobreza

Colocar o foco nas condições oferecidas aos imigrantes é uma opção que encontra justificações quando se olha para alguns indicadores relacionados com a sua qualidade de vida. Apesar de serem uma importante força de trabalho em áreas essenciais, como a

Muitas divergências nas políticas a seguir

Propostas dos partidos sobre a imigração

Partido Socialista

- Reforçar os meios de prevenção e combate à imigração ilegal e o tráfico de seres humanos.
- Disponibilização online de todos os serviços da AIMA
- Valorização dos imigrantes através da promoção de programas de aprendizagem da língua portuguesa; do reconhecimento de qualificações e aquisição de novas competências.
- Adotar medidas de incentivo à redução da precariedade e de responsabilização das entidades patronais pela existência de condições de habitação digna para os trabalhadores imigrantes. Reforço da acção da Autoridade para as Condições de Trabalho.

Aliança Democrática (PSD-CDS-PPM)

- Avaliar a reestruturação da AIMA.
- Estabelecer objectivos quantitativos para a imigração, ponderando a dimensão da segurança e olhando para as necessidades do país.
- Combater a imigração ilegal e tráfico humano.
- Lutar contra a xenofobia e exclusão social, implementando estratégias de combate a qualquer discriminação e promovendo a inclusão social dos imigrantes, nomeadamente através da promoção da aprendizagem da língua e cultura portuguesas.

Chega

- Reverter a extinção do SEF.
- Criar o crime de residência ilegal em solo português.
- Estabelecer quotas anuais para a imigração assentes nas qualificações, nas reais necessidades do mercado de trabalho do país e nas mais-valias que os imigrantes possam trazer.
- Alterar a Lei da Nacionalidade no sentido de a atribuir apenas a quem conhecer a língua e a cultura portuguesas e de a retirar aos cidadãos com dupla nacionalidade que cometam crimes violentos.

Bloco de Esquerda

- Criar um programa especial de promoção de habitação e infra-estruturação para territórios com elevado recrutamento de mão-de-obra migrante.

- Direito de voto a todas as pessoas titulares de autorização de residência em Portugal.
- Criação de uma linha de financiamento para apoio a organizações de pessoas migrantes e refugiadas.
- Incremento do programa Português Língua de Acolhimento, desde o momento da chegada ao país.

Coligação Democrática Unitária (PCP, PEV)

- Criação de equipas temporárias para regularizar os processos pendentes transitados do SEF para a AIMA.
- Aumento da capacidade de resposta por parte da AIMA e medidas mais eficazes no combate aos traficantes de mão-de-obra imigrante e às redes de tráfico de pessoas.
- Adopção de medidas de defesa e promoção dos direitos sociais e laborais dos imigrantes e que facilitem a sua integração na sociedade portuguesa.
- Promoção de medidas que assegurem a inserção e reconstrução da vida dos imigrantes e refugiados.

Livre

- Revisão do Estatuto do Refugiado e das leis da imigração.
- Promover a criação de centros de formação, de recrutamento e de sistemas de incentivo à instalação em zonas de maior declínio demográfico.
- Combater a exploração laboral.
- Fomentar o envolvimento dos municípios, com a elaboração de planos municipais de acolhimento e integração de migrantes e refugiados.

Pessoas - Animais - Natureza

- Garantir a não deportação em caso de processo de regularização pendente ou em curso.
- Rever a legislação para garantir que os imigrantes que pagam impostos e contribuições para a Segurança Social têm acesso a prestações sociais e ao SNS em condições iguais às dos restantes cidadãos.
- Garantir o acesso ao ensino de Português Língua Não Materna para imigrantes e refugiados.
- Colocar nos centros de detenção uma entidade externa que monitorize o respeito pelos direitos humanos, apoio social e psicológico.

Patrícia Carvalho

construção, a pesca e a agricultura ou os serviços de apoio, a verdade é que a informalidade ou sazonalidade de algumas destas actividades, bem como os baixos salários auferidos por muitos, os colocam em situações de maior vulnerabilidade.

O relatório do Observatório das Migrações refere, por exemplo, que em 2022, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social atingia 30,5% dos estrangeiros a residir no país, contra 19,8% dos portugueses. Também a taxa de desemprego era bem mais elevada entre os estrangeiros provenientes de países extracomunitários do que entre os cidadãos nacionais – 14,3% e 6,1%, respectivamente.

Situações que têm reflexos muito visíveis no campo da habitação – a sobrecarga de despesa com a casa atingia 31,6% dos estrangeiros e apenas 4,3% dos portugueses. E a taxa de sobrelotação, em 2022, chegava aos 19,1% entre estrangeiros e a 7,9% dos portugueses.

De volta a Braga, Rafael Silva, de 49 anos, não teve de lidar com estes problemas, quando há cerca de quatro anos imigrou do Brasil para Portugal. Veio sozinho e, alguns meses depois, chegaram a mulher e os dois filhos. Já mudou de emprego várias vezes. Agora é motorista de uma plataforma digital e não se imagina a ir embora.

“Adoramos Portugal. Não queremos mais voltar para o Brasil, achamos que aqui é um lugar melhor para criar os filhos. A escola é excepcional, não tenho nada a dizer, só que eu já tenho os documentos [de residência] e não consegui ainda fazer o reagrupamento familiar. Continuamos à espera e as empresas não querem mais contratar ninguém sem documentos”, diz, argumentando que é esta a razão para a mulher ainda não ter emprego.

Para outros imigrantes, como tem sido noticiado, a realidade é bem mais dura. Basta procurar as informações sobre a exploração nos campos do Alentejo. Ou referências a acidentes de trabalho, como aquele que há poucos dias vitimou dois cabo-verdianos nos Estaleiros de Viana do Castelo. As causas do acidente ainda estão a ser investigadas, mas Albano Ribeiro, do Sindicato da Construção de Portugal, não tem muitas dúvidas sobre o que poderá ter acontecido. “Posso dizer com toda a certeza, do que conheço no terreno, que 60% dos muitos milhares que entraram no país, não são operários qualificados.”

Olhando para a generalidade das propostas das forças políticas, Jorge Malheiros lamenta que não exista mais aprofundamento em questões relacionadas com a ampliação de direitos (como o de voto, que é apenas referido pelo BE), o tema do asilo, do futuro da AIMA ou do envolvimento dos municípios e das associações nas políticas. E também ele acredita num facto: “Não somos um país de portas abertas e muito menos escancaradas.”



Reportagem
Especialistas
desafiam
partidos:
“A imigração
também
precisa
de um pacto”

Sondagens
dão vantagem
à direita
no voto jovem
a 10 de Março

Política, 8 a 11

